

Universidade pública e desenvolvimento regional: um estudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil

Marcelo Ximenes A. Bizerril

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, BRASIL.

bizerril@unb.br

Resumo: No ensino superior brasileiro, as instituições privadas concentram cerca de 70% das matrículas, enquanto 30% estão nas instituições públicas, que englobam universidades e institutos tecnológicos, tanto de financiamento estadual quanto federal. O ensino superior público se destaca porque além da formação profissional e cidadã da população, concentra a maior parte da pesquisa produzida no país, e atua fortemente no desenvolvimento local e regional por meio de ações de extensão e de inovação que a integram com o setor produtivo e a sociedade. O presente estudo caracteriza o desenvolvimento das universidades federais (UF) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que representam 82% do território nacional e 40% da população brasileira. Essas três regiões contêm 20 dos 27 estados brasileiros, exatamente os que apresentam menores Índices de Desenvolvimento Humano, com a exceção do Distrito Federal. Dados sobre o número de *campi*, municípios sede e histórico de cada campus foram obtidos a partir dos sítios na internet de cada uma das UF nessas regiões. Foi identificado um total de 149 *campi* pertencentes a 33 universidades, sendo a região Nordeste a que abrigou o maior número de *campi* e universidades. Apenas cinco universidades apresentaram um campus único. A Universidade Federal do Pará apresentou o maior número de *campi*, totalizando 12. Após o estabelecimento das primeiras UF nas décadas de 1950-1960, duas fases de aumento no número de *campi* são observadas nas regiões: em meados da década de 1980 e a partir de 2003, quando o número de *campi* existentes é aumentado em 100%, crescimento atribuído ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado no governo Lula em 2007. A expansão das UF pode contribuir substancialmente para o desenvolvimento das regiões estudadas, contudo a crise político-econômica do país traz instabilidade ao processo, pois muitos dos novos *campi* estão em fase de implantação.

Palavras-chave: REUNI; Universidades Federais; Universidades Brasileiras.

1. Introdução

O Sistema de Educação Superior Brasileiro apresenta grande diversidade institucional, tanto dentre as instituições públicas – que podem ser federais, estaduais ou municipais – quanto dentre as instituições privadas – que podem ser particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas (Sousa, 2016). A organização acadêmica dessas instituições varia em universidades, centros universitários, institutos federais de ciência, educação e tecnologia, e faculdades.

As instituições privadas concentram cerca de 70% das matrículas, enquanto 30% estão nas instituições públicas (Mancebo, 2015), sendo que de um conjunto de 2.391 instituições de ensino superior (IES), 84,7% são de natureza privada, e apenas 15,3% são públicas, sendo 106 federais (INEP, 2014 *apud* Sousa, 2016).

As universidades públicas se destacam porque, além atuar na formação profissional e cidadã da população, concentram a maior parte da pesquisa produzida no país, e impactam fortemente o desenvolvimento local e regional por meio de ações de extensão (Nogueira, 2013) e de inovação que a integram com o setor produtivo e a sociedade.

O objetivo desse estudo foi caracterizar o desenvolvimento das universidades federais brasileiras nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que representam 82% do território nacional e 40% da população brasileira. Essas três regiões contêm 20 dos 27 estados brasileiros, exatamente os que apresentam menores Índices de Desenvolvimento Humano, com a exceção do Distrito Federal (tab. 1).

Tab. 1. Caracterização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Regiões	Área (x1000 km ²)	População (milhões de hab)	Número de estados	IDHM Educação médio	IDHM médio
Norte	3853,5	15,8	7	0,684	0,587
Centro-oeste	1606,4	14,1	4	0,753	0,663
Nordeste	1554,1	53,1	9	0,660	0,564

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental de cunho exploratório. A lista das universidades federais brasileiras foi obtida a partir do sítio do Ministério da Educação na internet, sobretudo o relativo ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e o sítio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). De posse da lista, foram selecionadas as universidades localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O recorte dessas três regiões justifica-se por serem as regiões brasileiras com menor IDH médio e historicamente menos favorecidas pela oferta do ensino superior público.

Os dados sobre o número de *campi*, cidades sede e histórico de cada campus foram obtidos a partir dos sítios na internet de cada uma das universidades federais nessas regiões. Nessa pesquisa, foram considerados *campi* os casos em que o sítio da universidade sinalizava claramente os termos campus ou unidade acadêmica ou multicampi e incluía *link* de acesso para os mesmos, em sítios específicos ou apresentando imagens e informações dos *campi*. De fato, alguns *campi* não dispunham de sítios próprios, sendo apenas referenciados no sítio do campus principal com a apresentação de pequeno texto com fotos. Outros *campi* dispunham de sítio próprio, mas que continha apenas informações da gestão do cotidiano (matrículas, informes etc.), sem referências a data de criação ou outros aspectos da história do campus. Nesses casos foi enviada mensagem eletrônica ao campus solicitando a data de inauguração do campus.

Dados relativos à caracterização dos estados e os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) foram obtidos em consultas ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sobretudo ao Atlas do Desenvolvimento Humano.

3. Caracterização dos *campi* por região geopolítica

Foi identificado um total de 149 *campi* pertencentes a 33 universidades, sendo a região Nordeste a que abrigou o maior número de *campi* e universidades (Fig.1). As universidades apresentaram em média 4 *campi*, sem diferenças significativas entre as regiões. Apenas cinco universidades apresentaram um campus único. A Universidade

Federal do Pará apresentou o maior número de *campi*, totalizando 12. Os estados mais populosos apresentaram maior número de universidades (Tab. 2 e 3).

Os primeiros *campi* das universidades federais se estabelecem nas décadas de 1950-1960, com crescimento lento até a década de 1980, quando há um aumento significativo de novos *campi*, sobretudo na região Norte. A partir dos primeiros anos do século XXI há uma nova fase de crescimento do número de *campi* em todas as regiões estudadas, marcadamente na região Nordeste, dobrando o número de *campi* existentes (Fig. 2, 3, 4 e 5). Não foi possível precisar a data de inauguração de 21 dos 149 *campi* pesquisados. Esses foram retirados das análises de evolução do número de *campi*.

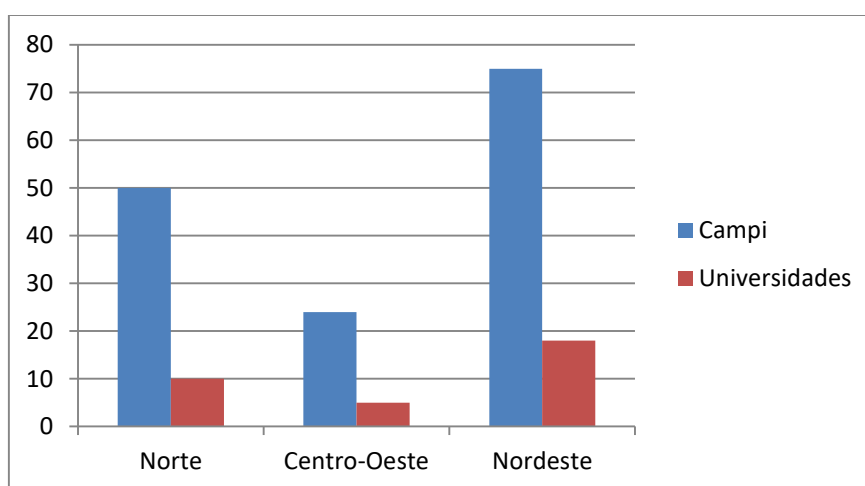


Fig.1. Número de Universidades Federais Brasileiras e *campi* em cada uma das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Tab. 2. Totais de *campi* nas regiões estudadas.

Região	Total de <i>campi</i>	Média de <i>campi</i> por Universidade	DP	Mínimo de <i>campi</i> por Universidade	Máximo de <i>campi</i> por Universidade
Norte	50	5,0	3,4	1	12
Centro-oeste	24	4,8	3,3	1	10
Nordeste	75	4,2	1,9	1	9
Total	149	4,5	2,6	1	12

Tab. 3. Universidades Federais por estado das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Região	Estado	IDHM Educação 2010	População (milhões de hab)	Universidade	Sigla	Número de Campi	
Norte	Acre	0,559	0,73	Universidade Federal do Acre	UFAC	3	
	Amazonas	0,561	3,48	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1	
	Rondônia	0,577	1,56	Universidade Federal de Rondônia	UNIR	8	
	Roraima	0,628	0,45	Universidade Federal de Roraima	UFRR	3	
	Amapá	0,629	0,67	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	4	
	Pará		0,528	7,58	Universidade Federal do Oeste do Pará	UNIFOPA	1
					Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	5
					Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	6
					Universidade Federal do Pará	UFPA	12
	Tocantins	0,624	1,38	Universidade Federal do Tocantins	UFT	7	
Centro-Oeste	Distrito Federal	0,742	2,57	Universidade de Brasília	UnB	4	
	Goiás	0,646	6	Universidade Federal de Goiás	UFG	4	
	Mato Grosso	0,635	3,04	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	5	
	Mato Grosso do Sul		0,629	2,45	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	10
					Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	1
Nordeste	Maranhão	0,562	6,57	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	9	
				Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	3	
	Piauí	0,547	3,12	Universidade Federal do Piauí	UFPI	5	
				Universidade Federal do Cariri	UFCA	5	
	Rio Grande do Norte	0,597	3,17	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	3	
				Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	5	
				Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	4	
	Paraíba	0,555	3,77	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	4	
				Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	3	
				Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	4	
	Pernambuco	0,574	8,8	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	5	
				Universidade Federal de Alagoas	UFAL	3	
				Universidade Federal de Sergipe	UFS	5	
	Bahia	0,555	14	Universidade Federal da Bahia	UFBA	1	
				Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	1	
				Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	5	
				Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	3	

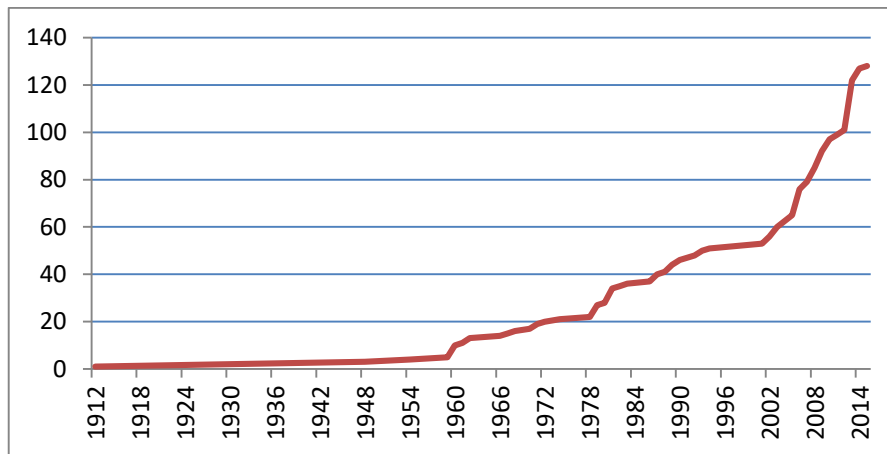


Fig.2. Evolução do número de *campi* de Universidades Federais Brasileiras no conjunto das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

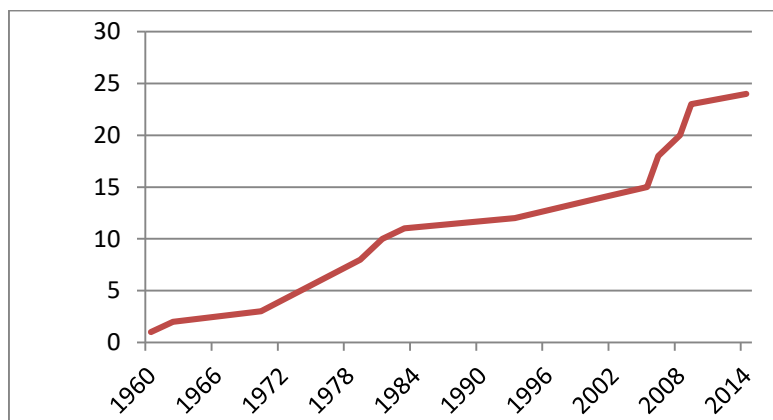


Fig.3. Evolução do número de *campi* de Universidades Federais Brasileiras na região Centro-Oeste.

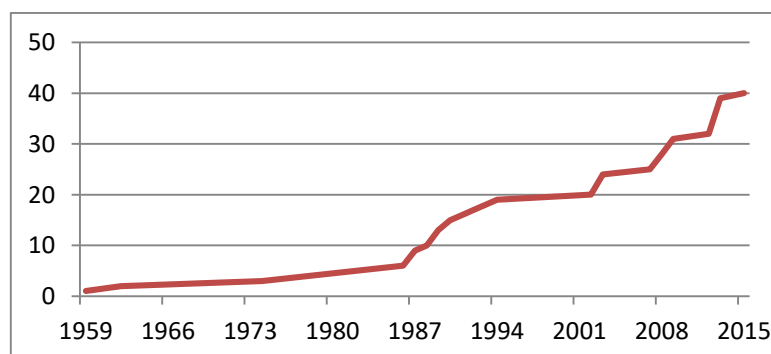


Fig. 4. Evolução do número de *campi* de Universidades Federais Brasileiras na região Norte.

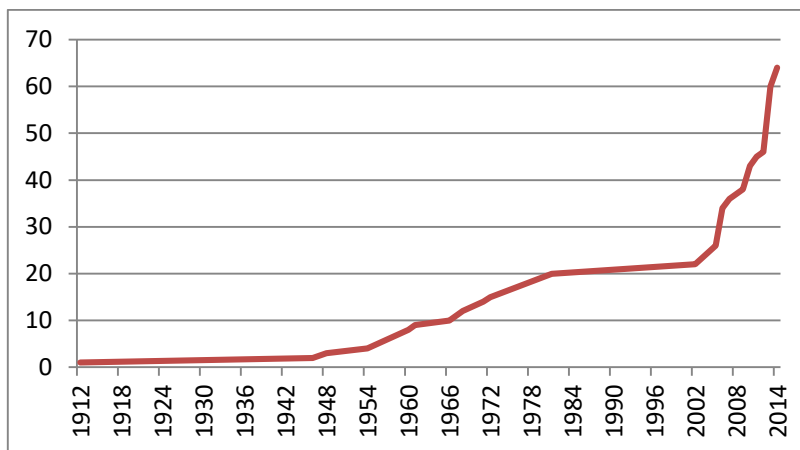


Fig. 5. Evolução do número de *campi* de Universidades Federais Brasileiras na região Nordeste.

4. Processo de expansão das universidades federais

O ensino superior inicia-se no Brasil na primeira metade do século XIX com a implantação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A partir de então surgem diversas outras faculdades e escolas em diversas regiões do país, consolidando um modelo de educação superior sem universidades (Seabra Santos e Almeida Filho, 2012). Apenas em 1920 é instalada a Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), sendo considerada a primeira universidade a se consolidar no Brasil, reunindo as já existentes Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito (Sousa, 2016). A partir da década de 1940, inicia-se um processo de federalização das universidades, constituídas, a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro, a partir de Escolas Superiores ou Faculdades isoladas e disciplinares (como Escolas de Agronomia, de Enfermagem, de Engenharia, Faculdades de Direito, Medicina, entre outras).

Para fins desse estudo, as datas indicadas da criação das universidades dizem respeito à data do decreto que as federaliza. Assim, a data de existência das instituições pode ser muito mais antiga (por volta das primeiras décadas do século XX) que a data em que se tornou universidade federal. Foram mantidas as datas originais de criação da UF Rural de Pernambuco e da UF da Bahia dado que se mantiveram até o presente de modo estrutural similar à época de sua criação, apenas mudando o título de Universidade para Universidade Federal. Outros *campi* existiam como instituições municipais ou estaduais que foram federalizadas (como é o caso do campus da UFMS em Corumbá). Existem também casos em que instituições federais passaram a ser parte

de outra universidade ou até mesmo constituir nova universidade, como é o caso da UFGD que foi anteriormente um campus da UFMS.

Outro exemplo é o do campus da UFT em Tocantinópolis, que é oriundo da transformação da UNITINS em campus da UFT. Assim, o campus tem sua inauguração em 1990 por decreto estadual, mas passa a fazer parte da UFT em 2003 com a criação formal da universidade, evitando assim o processo de privatização que avançava na instituição. Fica patente a importância da federalização em fortalecer e agregar as iniciativas estaduais e municipais de educação superior garantindo sua condição de instituição pública e gratuita.

Outra ação de profundo impacto no desenvolvimento das universidades nessas regiões foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado no governo Lula a partir de 2007. O programa visou o aumento de vagas e também a expansão da rede universitária, sobretudo na perspectiva de atender o interior do país, dado que a maioria das universidades se encontrava nas capitais. De fato, o processo de interiorização dos *campi* das universidades federais brasileiras ampliou o número de municípios atendidos pelas universidades de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, e resultou em um aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal (MEC, 2010; Nogueira et al. 2012). Além de promover a criação de novos *campi* das universidades existentes, diversas novas universidades foram criadas a partir do REUNI como são os casos da Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UNIFOPA), entre outras.

O REUNI parece ter sido determinante na viabilização do processo de expansão desencadeado pelas universidades por iniciativa própria, mas que foram atingidos por dificuldades orçamentárias e de pessoal. Dos casos analisados nesse estudo, alguns *campi* existiam antes do REUNI, mas de forma muito incipiente como, por exemplo, o campus da UFG em Jataí que contava até 2004 com 5 servidores e 43 docentes e funcionava por meio de convênio com o estado de Goiás e a prefeitura de Jataí. Atualmente conta com 400 professores e 100 servidores técnico-administrativos do quadro efetivo da universidade, que dão suporte às atividades desenvolvidas no campus.

Outro exemplo é o do Campus Pinheiro da UFMA, cuja criação foi formalizada em 1981, na primeira fase de interiorização da UFMA, que também criou os *campi* de Imperatriz, Chapadinha, Balsas e Codó. Conforme consta do histórico do campus no sítio da UFMA:

“nos primeiros anos de funcionamento, foram oferecidos apenas cursos de extensão. Em 1991, entrou em funcionamento o curso de Licenciatura Plena em Letras, que foi extinto em 1997. Atualmente, são oferecidos os cursos de: Licenciaturas Interdisciplinares de Ciências Humanas e Ciências Naturais-Biologia, Enfermagem, Educação Física, Medicina e Engenharia de Pesca. A arrancada do Campus de Pinheiro para se tornar o Centro de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia teve início em 2007, com a adesão da UFMA ao Reuni, que instituiu a expansão e interiorização da Universidade. A partir de 2010, foram criadas as licenciaturas interdisciplinares e nomeadas, pela primeira vez, professores no Campus. Em 2013, foram criados os cursos de Ciências Humanas com duas ênfases, História e Filosofia, e também o curso de Ciências Naturais com ênfase em Biologia. Os cursos foram reconhecidos em 2014 na avaliação do MEC com nota 4. Em 2013, o Campus de Pinheiro aprovou uma nova expansão e se criou o curso de Medicina. No ano seguinte, foi criado o curso de Enfermagem e, em 2015, foi implantada a licenciatura em Educação Física e Engenharia de Pesca.”

O campus de Planaltina da Universidade de Brasília foi inaugurado antes do REUNI, em 2006, mas foi a sua inclusão no programa que possibilitou as condições orçamentárias e de pessoal necessárias à sua efetiva implantação (Bizerril e Le Guerrouê, 2012). Em 2017 o campus conta com cinco cursos de graduação e quatro programas de pós-graduação, tendo se destacado pela inovação na gestão, integração com a sociedade e o exercício da interdisciplinaridade (Pasquetti e Costa, 2017).

Uma breve análise histórica indica que os novos *campi* das universidades federais já existentes foram criados com a oferta de poucos cursos de graduação, às vezes apenas um, e funcionando provisoriamente em espaços públicos municipais ou estaduais, especialmente escolas do ensino básico, até que as instalações próprias fossem construídas. No processo recente de expansão esse padrão parece ter se repetido. Apesar de muitos novos *campi* apresentarem instalações modernas e em excelentes condições de funcionamento, consistindo em ganhos significativos para os municípios que os abrigam, uma grande parte dos *campi* recém-criados se encontra ainda funcionando em estruturas improvisadas e sem as condições adequadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que caracterizam a atuação universitária.

Em síntese, o alto investimento recente na expansão da rede de universidades federais brasileiras parece ter contribuído para a interiorização dos *campi* e suas consequências (ainda não totalmente compreendidas) para a produção de conhecimento

e desenvolvimento regional, assim como para a democratização do acesso ao ensino superior público a partir das seguintes ações: (i) a criação de novas universidades concebidas a partir de novas propostas de organização e estrutura acadêmica; (ii) a criação de novas universidades concebidas a partir do desmembramento de *campi* pré-existentes; (iii) o estímulo à criação de novos *campi* das universidades pré-existentes; (iii) a viabilização de diversos *campi* oriundos de processos de expansão anteriores e autônomos das universidades, que não puderam desenvolver-se adequadamente em função da carência de recursos e pessoal.

Por outro lado, diversas críticas têm sido feitas em relação às políticas para o ensino superior, empregadas pelo governo brasileiro na última década, com destaque para: o alto investimento nas instituições privadas (por meio do fornecimento de bolsas e recursos financeiros em programas como o ProUni e FIES) de forma a manter o grande desequilíbrio entre os setores público e privado, implicando no crescimento acentuado desse segundo; o perigo da mercantilização do conhecimento a partir da massificação da educação a distância e do ensino profissional e tecnológico; as limitações no planejamento estratégico e de longo prazo no processo de expansão dos *campi* das instituições federais (Brito, 2014; Mancebo, 2015; Sousa, 2016).

5. Considerações Finais

Diversos autores que discutem os desafios das universidades nesse século (Mello, 2011; Seabra-Santos e Almeida-Filho, 2012; Nóvoa, 2013; Pedrosa, 2014; Bizerril et al., 2015; Dias-Sobrinho, 2016), têm remetido às universidades demandas contemporâneas dentre as quais destacam-se: (i) projeção científica internacional; (ii) produção de conhecimento significativo; (iii) capacidade de dialogar com outros saberes e setores da sociedade; (iv) transferência tecnológica e atuação no setor produtivo e na economia; (v) formação profissional qualificada; (vi) formação cidadã e de lideranças; (vii) renovação da gestão pública; (viii) renovação de práticas pedagógicas e do Ensino Superior; (ix) redução das desigualdades sociais; (x) responsabilidade social e envolvimento com as questões locais e nacionais; (xi) promoção da sustentabilidade. Enfim, espera-se cada vez mais que as universidades atuem fortemente no sentido de apoiar o contínuo processo de transformação da sociedade.

Ainda que todo o sistema de ensino superior brasileiro deva atuar no sentido do atendimento a essas demandas, diversos fatores – como a estrutura acadêmica e administrativa mais diversificada e democrática, o apoio a permanente qualificação profissional e internacionalização, o regime de trabalho que possibilita condições para a realização de projetos de pesquisa e extensão, entre outros – fortalecem a ideia de que as universidades públicas, especialmente as federais, estejam mais bem dotadas das condições para cumprir esse papel. De fato, como pontua Sousa (2016, p.379):

“Ensino, pesquisa e extensão constituem as três funções básicas da universidade brasileira e, ao garantir a indissociabilidade entre esses elementos, ela atende ao disposto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Todavia, como a maioria absoluta das IES brasileiras, em 2013, era formada por faculdades (2.090), correspondendo a 84,3% do total (INEP, 2014), e esses estabelecimentos não possuem compromisso com a pesquisa, essa importante atividade acaba não sendo realizada por um considerável número de instituições e, conseqüentemente, pelos seus alunos.”

Nesse sentido, a expansão das universidades federais pode trazer importantes contribuições ao desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, as recentes reformas visando o contingenciamento dos gastos públicos e a crise político-econômica do país traz forte instabilidade a esse processo uma vez que grande parte dos novos *campi* está em fase de implantação e a expansão promoveu um considerável aumento nos custos das universidades federais de um modo geral. Pode-se afirmar que a viabilidade da universidade pública brasileira está ameaçada se forem mantidas as atuais políticas orçamentárias impostas pelo governo federal.

Como salienta Dias-Sobrinho (2016), a universidade pública é uma instituição imprescindível para a sociedade porque, diferentemente de uma organização privada autocentrada, tem a sociedade como sua referência. A compreensão das universidades federais como instituições estratégicas ao desenvolvimento, tanto humano quanto regional, é atualmente uma necessidade premente ao poder público federal e à sociedade brasileira.

Referências

Andifes. Associação Nacional Dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Disponível em <http://www.andifes.org.br/>

- Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>
- Bizerril, M.X.A.; Le Guerroué, J.L. (2012). FUP: a construção coletiva de um campus interdisciplinar. In: Saraiva, R.C.F. & Diniz, J.D.A.S. (Org.). *Universidade de Brasília: trajetória da expansão nos 50 anos*. 1ª ed. Brasília: Decanato de Extensão, p. 23-30.
- Bizerril, M.X.A.; Rosa, M.J.; Carvalho, T.; Pedrosa, J. (2015). A sustentabilidade socioambiental no ensino superior: um tema integrador para os países de língua portuguesa? *Revista FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*, 2(1): 99-115.
- Brasil. MEC. REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Acessado em 25/07/2017. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br>
- Brito, L.C. (2014). A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. *Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 2(4). Disponível em: <https://espacoeconomia.revues.org/802>
- Dias Sobrinho, J. (2016). Autonomia, formação e responsabilidade social: finalidades essenciais da universidade. *Revista FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*, 4(2): 13-30.
- Mancebo, D. (2015). Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). *37ª Reunião Nacional da ANPEd*, UFSC – Florianópolis.
- Mello, A.F. (2011). *Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior: os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina*. Brasília: Editora UnB, 329p.
- Nogueira, M.D.P. (2013). O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. *Interfaces – Revista de Extensão*, 1(1), 35-47.
- Nóvoa, A. (2014). Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a investigação em educação? *Revista Lusófona de Educação* 28:11-21.
- Pasquetti, L.A. e Costa, E.M.M. (2017). FUP: da criação à consolidação de um campus. In: Saraiva, R.; Diniz, J.; Nogueira, M. (Orgs.). *FUP 10 anos: um campus por inteiro*. Brasília: FUP/UnB, p.11-26.

Pedrosa, J. (2014), Autonomy and Accountability in University Governance. In: Bergan, S., Egron-Polak, E. Kohler, J. and Purser, L. (ed.). *Leadership and Governance In Higher Education*, volume 1, Berlin: Raabe Academic Publishers. p.23-39.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>

Seabra Santos, F. e Almeida Filho, N. (2012). *A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. EdUnB e Imprensa da Universidade de Coimbra.

Sousa, J.V. (2016). Educação superior: evolução, organização e cenários. In: Rocha, M.Z.B. e Pimentel, N.M. (Orgs.). *Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos*. Brasília: Editora UnB, p.349-387.

Sousa Santos, B. e Almeida Filho, N. (2009). *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Edições Almedina: Coimbra.